

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017

1 – Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SAÚDE MENTAL DE ODIVELAS

NIPC: 503 154 7804

Sede social: Rua Dário Canas, Nº. 4, 3º Dto., 2675-325 Odivelas, freguesia de Odivelas, concelho de Odivelas

Endereço electrónico: acsmo.equipa@gmail.com

Natureza da actividade: Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as normas para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e os ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”, por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foi derogada qualquer disposição das NCRF-ESNL.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis, ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos, ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de “activos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração de resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Activos fixos Intangíveis

Os activos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um Activo Intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do nº 1 do art. 10º do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

- Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, de forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Não existem descobertos bancários nem saldos em moeda estrangeira.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos, descontos e do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios

Os subsídios do Governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos fundos patrimoniais” e são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados no momento do recebimento.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1 Outras divulgações

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 – Activos fixos tangíveis e intangíveis

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Bruto Início	Depreciações Acumuladas Iniciais	Total Adições	Total Diminuições	Depreciações Período	Saldo final Período
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	14.824,43	14.824,43				
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	13.929,97	13.929,97				
Equipamentos biológicos						
Outros AFT	259,00	259,00				
AFT em curso						
Adiantamentos AFT						
TOTAL	29.013,40	29.013,40				

5.2 Divulgações sobre activos fixos intangíveis:

A Associação não tem activos fixos intangíveis.

5.3 Outras divulgações

A Associação não tem bens do património histórico, artístico e cultural.

6 – Custos de empréstimos obtidos

6.1 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida em que são incorridos. No entanto, a Associação não teve no exercício de 2017 qualquer gasto com juros de empréstimos obtidos.

7 – Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Conforme descrito na Nota 3.

8 - Rédito

8.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia dos descontos concedidos.

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

A quantia de rédito reconhecida em 2017 foi de 3.014,90 euros relativo a serviços prestados.

9 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

9.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios do Governo para a exploração recebidos no exercício de 2017 foram os seguintes:

- Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Lisboa (de acordo com o Acordo de Cooperação estabelecido entre esta entidade e a Associação para a comparticipação no Fórum Sócio Ocupacional): 81.705,00 euros

10 - Impostos e contribuições

10.1 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Valores a pagar em Janeiro de 2018

IRS dependente	419,15
IRS independente	80,00
Fundos laborais	28,84
Contribuições para a segurança social	1.263,07
TOTAL	1.791,06

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Categorias (naturezas) de activos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Clientes	1.573,60
Outras contas a receber	6,00
Fornecedores	-4.938,03
Outras contas a pagar	-12.883,22

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo.

12 - Benefícios dos empregados

12.1 Pessoal ao serviço da Associação e horas trabalhadas

O número médio de pessoas remuneradas ao serviço da empresa durante o ano de 2017 foi de 4, sendo o número de horas trabalhadas de 9450.

12.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor período
Gastos com o pessoal	71.340,02
Remunerações do pessoal	57.926,57
Encargos sobre remunerações	12.004,54
Indemnizações	0,00
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	815,07
Outros gastos com o pessoal	593,84

12.3 Outras divulgações

Não foram assumidos quaisquer valores relativos à Direcção da Associação.

13 – Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 Informação por actividade económica

A Associação desenvolve apenas uma actividade económica, actividade de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento, que está espelhada os seus rendimentos e gastos para o exercício de 2017 na demonstração de resultados.

13.2 Informação por mercado geográfico

Todas as actividades da Associação são desenvolvidas no mercado interno.

13.3 Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Resultados transitados	13.688,97	11.840,43		1.848,54
Outras variações nos fundos patrimoniais	164,36			164,36

13.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

-Impostos em mora

A Associação apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais e contributivas nos prazos legalmente estipulados.

- Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação revelada nas contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção em 09 de Março de 2018.

14 – Outras informações

14.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor período
Subcontratos	714,50
Trabalhos especializados	1.845,00
Honorários	6.134,70
Conservação e reparação	460,17
Ferramentas e utensílios desgaste	58,38
Material escritório	854,72
Outros materiais	0
Electricidade	519,93
Combustíveis	0
Água	253,35
Deslocações e estadas	145,20
Rendas e Alugueres	2.156,76
Comunicação	706,93
Seguros	525,17
Contencioso e notariado	0
Limpeza higiene e conforto	346,96
TOTAL	14.721,77

O Contabilista Certificado

A Direcção